INA e ASCEMA Nacional cobram audiência para discutir aprovação do porte de arma para servidores da Funai, MPI, Ibama e ICMBio

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA (ASCEMA Nacional) e a Indigenistas Associados (INA) solicitam ao Ministério da Justiça a realização de uma audiência para tratar do Projeto de Lei nº 2.326/2022, que prevê o porte de arma para servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Ministério dos Povos Indígenas, do Ibama e do ICMBio em atividades de fiscalização.

As entidades consideram urgente a discussão e o avanço da proposta, diante das situações de violência e dos riscos crescentes enfrentados por servidores que atuam na proteção dos territórios indígenas, na fiscalização ambiental e no combate a atividades ilícitas.

No exercício de suas funções, tais servidores enfrentam diariamente situações de conflito, muitas vezes em regiões remotas e com pouca ou nenhuma estrutura de segurança. Invasões de terras indígenas, garimpo ilegal, exploração clandestina de madeira, grilagem e a atuação de organizações criminosas expõem os agentes públicos a ameaças, intimidações e riscos à própria integridade física.

Durante a COP31, realizada em Antalya, na Turquia, servidores da Funai divulgaram uma carta à comunidade internacional alertando para a gravidade desse cenário e defendendo a aprovação do PL 2.326/2022. A mobilização também resultou em um abaixo-assinado que reivindica o porte de arma para os profissionais dos três órgãos.

Para a ASCEMA Nacional e a INA, a medida é de extrema importância para a segurança dos servidores que desempenham atividades de fiscalização e proteção territorial. As entidades destacam que o Estado precisa oferecer condições adequadas para que esses profissionais possam exercer suas atribuições diante de situações de risco cada vez mais complexas.

Diante da urgência do tema, as duas entidades solicitam uma audiência com o secretário-executivo do Ministério da Justiça, a fim de apresentar os argumentos em defesa do projeto e buscar apoio institucional à sua aprovação e tramitação no Senado Federal.

A proteção dos servidores que atuam na linha de frente da defesa dos territórios indígenas e do meio ambiente precisa ser tratada como prioridade. A discussão e o encaminhamento dessa medida são urgentes.

Brasília, 24/11/2026

ASCEMA Nacional – Indígenas Associados (INA)